

INTERESSADO: CARLOS ROBERTO DE LIMA e  
PEDRO RICARDO GALÍSSIA

ASSUNTO: Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem  
de Escola SENAI

RELATORA: Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar

PARECER N° 2806/74,CPG;Aprovado em 25 / 09 / 74 Com. ao Pleno  
em 20 / 11 / 74 (Proc.1555/74)  
1556/74)

## I - RELATÓRIO

### 1. HISTÓRICO:

1.1 - CARLOS ROBERTO DE LIMA, nascido aos 9/12/56, e Pedro Ricardo Galíssia, nascido aos 8/8/57, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Henrique Lupo", em Araraquara, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visando a prosseguir-los no ensino de 1° grau.

1.2 - É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1 curso primário com 4 (quatro) séries;

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com 3 (três) "graus", na Escola SENAI "Henrique Lupo" onde estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Ciências Sociais (História do Brasil e Geografia do Brasil) Educação Moral e Cívica, Ciências (Físicas e Biológicas), Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3 em 20 de dezembro de 1973 e 21 de junho de 1972, respectivamente, receberam o certificado de Aprendizagem correspondente à Conclusão do Curso de "Marceneiro Carpinteiro".

1.3. A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - n° 19/65

### 2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal n° 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal n° 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1°, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal n° 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-n° 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1° grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1° grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2° grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-n° 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSOS CEE Nºs 1555/74 PARECER Nº 2806/74  
1556/74

2.3 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda, de 3 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do Artigo 12, Deliberação CEE- nº 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 - 720 horas/aula, por série).

2.7 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

## II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Carlos Roberto de Lima e Pedro Ricardo Galíssia, no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Henrique Lupo", como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhes a matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula dos interessados deverá submetê-los a processo de adaptação em História Geral e Geografia Geral. Estas disciplinas não constem do currículo da série, e nas demais disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 25 de setembro de 1974

a) Conselheira Maria de Lourdes Haidar  
Relatora

## III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto da Nobre Conselheira.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1974

a) Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva  
Presidente em exercício